

**As estratégias retóricas dos jornais “*Spectador Brasileiro*” e “*O Verdadeiro Liberal*”**

Arthur Ferreira Reis\*

**Resumo:** O período que vai de 1824 até o início de 1826 é considerado pela historiografia como um período de relativa tranquilidade política no Brasil. As ações repressoras do governo imperial, como o fechamento abrupto da Constituinte e o exílio de grande parte dos opositores do governo no ano de 1823, deram tranquilidade para que D. Pedro I e os áulicos levassem a frente seus projetos políticos e dominassem a cena pública. Porém, ao iniciar o ano 1826, essa suposta tranquilidade foi abalada pela chegada de Mr. de Chapuis ao Brasil. Crítico do ministério e da Guerra da Cisplatina, suas opiniões encontraram oposição de seu compatriota, Pedro Plancher, redator do periódico *O Spectador Brasileiro*. Para defender seus pontos de vista, buscaram construir *modelos e anti-modelos* de personagens estrangeiros como os Estados Unidos da América, do Clero espanhol e do rei da Baviera para, utilizando-os como estratégia retórica, defenderem seus pontos de vista no Brasil de maneira velada.

**Palavras Chaves:** Primeiro Reinado. Imprensa. Política.

**Abstract:** The period from 1824 to early 1826 is regarded by historiography as a period of relative tranquility policy in Brazil. The repressive actions of the imperial government and the abrupt closure of the Constituent and the exile of most government opponents in 1823, gave tranquility to D. Pedro I and the courtiers take him forward their political projects and dominate the public scene. However, to start the year 1826, this supposed tranquility was shattered by the arrival of Mr. Chapuis of Brazil. Critical of the ministry and the Cisplatin War, his opinions found opposition of his compatriot, Pedro Plancher, journal editor *O Spectador Brasileiro*. To defend their views, sought to build models and anti-models of foreign characters such as the

---

\* Mestrando em História pela UES. [arthurfr23@gmail.com](mailto:arthurfr23@gmail.com)



United States, the Spanish clergy and the King of Bavaria to using them as rhetorical strategy, defend their views in Brazil so veiled.

**Key Words:** First Reign. Press. Policy.

## **D. Pedro I: de modelo a anti-modelo.**

O início do século XIX foi um momento importante e muito conturbado da história brasileira. Inserido em tempos de revoluções em todo o mundo, a família de Bragança teve que se adequar aos novos tempos para conseguir manter, sob sua dinastia, os territórios da América e da Europa, mesmo que separados politicamente. Nos momentos de maior agitação no Brasil, o então príncipe regente, Pedro, soube controlar a situação e articular politicamente as elites para manter, sobre sua cabeça, a coroa brasileira.

Para Iara Lis Carvalho de Souza, por ocasião do Movimento Constitucional, quando Pedro apareceu no teatro (em 26 de fevereiro de 1821) com seu pai para jurar a Constituição, foi visto pela primeira vez pelas elites, como o anjo da paz responsável por resolver um impasse político entre elites e “povo” (SOUZA, 1999, p.96), considerado também o indivíduo capaz de acalmar a praça pública, aparecendo como “um instrumento da vontade geral, no entender dos constitucionais, e podia exercer a autoridade pública” (SOUZA, 1999, p.97), que “não dispensa a cena pública, antes sabe domá-la.”. Desse momento em diante, uniu-se a própria pessoa de Pedro ao projeto constitucional (SOUZA, 1999, p.99).

A construção da *persona* de Pedro como Imperador foi complexa. Era fundamental que os signos e sentidos da realeza circulassem por todo tecido social para que fossem comunicados e apreendidos (SOUZA, 1999, p.53). O processo de adesão a D. Pedro I foi patrocinado pelas Câmaras. Nesse sentido, reconhecia-se a autoridade local e unia-se a reconhecimentos de sua legitimidade em comemorações internas e locais, que se revelavam



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

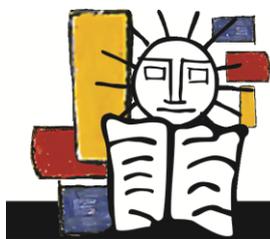
como necessidade para a criação do novo pacto para formação da Constituição liberal (SOUZA, 1999, p.143). Através das festas, e, “armando-se com as práticas e representações do passado, as Câmaras e o príncipe celebravam um contrato completamente novo, calcado em princípios liberais” (SOUZA, 1999, p.147).

Porém, por mais que as Câmaras se definissem como local da elite, a população também se fazia ouvir, pois era maior seu poder de pressão nas Câmaras do que no monarca distante, “estas adesões se caracterizavam por embates sociais e pela presença marcante das camadas mais populares, com diversidades étnicas e de interesses.” (SOUZA, 1999, p.146-150). O “povo” ocupava as praças e ruas nas festas realizadas pelo processo de separação, nos quais expressavam seus desejos e discordâncias (SOUZA, 1999, p.120). As camadas populares viam nessa mudança da esfera pública uma oportunidade de mudar de vida e alcançar seus desejos, o que aumentava a participação no processo de adesão, mesmo que não visassem a Independência em primeiro plano.

Para as elites, a adesão da população a D. Pedro I significava o estabelecimento e a continuidade da ordem social, que era marcada por instrumentos de coerção que legitimavam a dominação por parte das elites. A *persona* do príncipe se associava a uma série de leis e regras que atendessem ao poder local, fundindo-se numa troca, onde os súditos se comprometiam a obedecer, e o rei a os proteger (SOUZA, 1999, p.168-171), ligando a pessoa do imperador diretamente com a constituição (SOUZA, 1999, p.201) e a constituição a um pacto social fundado entre o indivíduo e o monarca (NEVES, 2009, p.185), que garantia a continuidade da ordem social existente. Dessa maneira, segundo Iara Souza,

A própria figura do príncipe portava sentidos pactistas, constituída por uma metáfora de cunho religioso que aludia ao bem e a tornava um santo remédio para as chagas do corpo político. Essa metáfora reativava-se quando se tratava da ida e presença do príncipe a alguma cidade ou vila. (SOUZA, 1999, p.240)

A elite fluminense trabalhava para associar a imagem de D. Pedro I à Constituição e ao Brasil. Diante das atitudes liberais de D. Pedro I nos primeiros anos do Brasil, ele tornava-se o modelo perfeito de um Imperador constitucional para o novo país. Porém, se D. Pedro I se tornou uma peça fundamental no plano das elites fluminenses, sua *persona* não foi uma



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

unanimidade em todas as províncias. As elites regionais, principalmente a pernambucana e a baiana, tinham projetos políticos e outros modelos de governo que destoavam dos planos das elites fluminenses (MELLO, 2004, p.11).

Uma consequência dos distintos projetos políticos em confronto foi a Confederação do Equador. O processo de formação das alianças políticas regionais, tais como em Pernambuco, se repetiu em outras províncias. O federalismo era muito bem visto pelas elites locais pernambucanas, que ficaram seduzidas pela autonomia política propiciada pela formação das juntas durante o governo das Cortes (CARVALHO, 1998, p.1). Com a grande autonomia dada às províncias pela Regeneração do Porto e a instituição das juntas, muitas lideranças viam com mais grado a permanência no Reino Unido por causa da grande autonomia provincial, do que o incerto e desconhecido projeto de Independência liderado pelo Rio de Janeiro (CARVALHO, 1998, p.2).

Uma das primeiras atitudes das Cortes foi separar o comando da tropa da administração civil. Com isso, o português e defensor das Cortes, Luís do Rego, se viu alijado do meio de coerção sobre as agitações políticas e sociais de Pernambuco. As ações despóticas de Luís do Rego, que insistia em seguir as ordens das Cortes à risca, suscitaram descontentamentos na população pernambucana, o que culminou em um atentado contra sua vida. Ferido pelo atentado e sem apoio político, resolve abdicar de seu cargo e convocar a eleição para os membros da Junta (CARVALHO, 1998, p.3). Com o afastamento de Luís do Rego, as tendências políticas pernambucanas se tornaram mais claras. Para Carvalho, uma delas era favorável à união sob a liderança do príncipe regente, chamada pelo autor de tendência “centralista”, liderada por membros da antiga aristocracia açucareira. Em oposição a ela, estava a tendência federalista, formada por homens que não se importavam se ficariam unidos a Portugal ou ao Rio de Janeiro, o que os interessava era a autonomia provincial, eram liderados pelo líder da Junta, Gervásio Pires (CARVALHO, 1998, p.4). Porém, com os sucessos dos movimentos fluminenses, a pressão do grupo centralista aumentava sobre Gervásio. O “Partido Brasileiro” enviou algumas pessoas, como Pedroso, para atuar tanto no governo quanto nas “tropas” e no “povo” com o objetivo de promover oposição à junta liderada por Gervásio. No dia 1º de junho de 1822, o grupo conseguiu alcançar o apoio da



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

“tropa” e do “povo”, e, após promover manifestações públicas, entraram no palácio e pressionaram Gervásio a assinar fidelidade ao regente. Sem saída, Gervásio assinou e pediu demissão (CARVALHO, 1998, p.7-8). Formou-se uma nova junta que apoiava o projeto centralista. Pedroso, também influenciado por Bonifácio, foi escolhido para ser o comandante das armas (CARVALHO, 1998, p.8).

Entretanto, com a dissolução da Assembleia Constituinte no Rio de Janeiro e a chegada dos deputados provinciais em fins de 1823, a popularidade da nova Junta e sua política de aproximação com o projeto centralista do Rio de Janeiro caiu, e parte da elite regional e do “povo” ficaram extremamente insatisfeitos com o autoritarismo do governo central. Agitados pelo discurso liberal radical e pelos sermões de Frei Caneca, a maior parte da tropa e do povo se aliou aos federalistas. Novamente acuados, a Junta centralista se retirou para o Cabo, abrindo caminho para os federalistas ocuparem o governo em prol de Manoel Carvalho Paes de Andrade, dando início à Confederação do Equador (CARVALHO, 1998, p.10). Se para as elites do centro-sul D. Pedro I era o modelo de princípio constitucional, a dissolução da Assembleia Constituinte fez com que as elites do norte, principalmente a elite de Pernambuco, vissem D. Pedro como um anti-modelo de imperador. A partir disso, direcionaram suas críticas para o Rio de Janeiro e para D. Pedro I. A Confederação do Equador seria o primeiro movimento a questionar o poder de D. Pedro I. Rasgava-se o véu da perfeição da monarquia brasileira, ao menos em Pernambuco, dando espaço para novas contestações.

Antes mesmo do governo imperial se recuperar do impacto militar e econômico causado pela Confederação do Equador, já em 1825, inicia-se a Guerra da Cisplatina. A guerra foi iniciada por um antigo sentimento platino de parte da elite da Cisplatina. A província havia sido anexada ao Império Português durante a residência da Corte no Brasil, e, em 1822, a Câmara dos Deputados provincial havia votado por separar-se de Portugal e permanecer unida ao Brasil. Entretanto, o sentimento autonomista e platino gerou um rompimento entre as elites quanto a que direção política seguir. Abriam-se diante dos cisplatinos três possibilidades: continuarem unidos ao Brasil, se unirem às Províncias Unidas do Rio do Prata ou se tornarem independentes. Em abril de 1825 ocorreu a famosa expedição dos “33 orientais” chefiados por



Lavalleja, que tinha intenção se unir às Províncias Unidas do Rio do Prata.

O movimento rapidamente se alastrou pelo interior das províncias, e recebeu inúmeras adesões das elites ansiosas por maior autonomia. Em agosto do mesmo ano, o movimento já havia conquistado todo o interior, deixando aos brasileiros apenas algumas cidades fortificadas do centro da província. Em 25 de outubro, o ministro do Exterior de Buenos Aires declarou que todo o território seria anexado, mesmo que fosse necessário utilizar a força. Estava declarada a guerra (FERREIRA, 2009, p.329). O fim da Guerra da Cisplatina através de um acordo de paz mediado pela Inglaterra, onde a região se tornava independente, diminuiu o prestígio do Imperador brasileiro, e o pomposo título de Império não se justificou em seu primeiro conflito externo.

Ambos os conflitos, seus resultados, consequências e as maneiras com que foram tratados pelo governo imperial contribuíram, entre outras coisas, para o desgaste da *persona* de D. Pedro I com o grupo dos liberais. Descontentes com a situação política, pois estavam alijados do poder, econômica, graças à enorme crise econômica do Brasil (principalmente, com os altos impostos criados para custear a Guerra da Cisplatina) e social, pois viviam atemorizados pelas manifestações populares, percebiam que estava na hora de se lançarem na cena pública. Vinham apoiados por um forte setor de abastecimento e a partir de 1826, uniram-se em torno de nomes como Evaristo da Veiga e Bernardo Pereira de Vasconcellos para oporem-se ao Imperador.

Da mesma maneira que foi feito na Aclamação de D. Pedro I, os Liberais perceberam que, para destituir o monarca, seria necessário o apoio das ruas. Para tal fim, a imprensa liberal usou da astuta estratégia de, gradativamente, associar o Imperador com os portugueses, destruindo sua imagem de constitucional e liberal, e, paulatinamente, alcunhar o Imperador de absolutista, português e autoritário (RIBEIRO, 2001, p.144), para que deixasse de ser um *modelo*, e se transformasse em um *anti-modelo*. Para alcançar esse objetivo, utilizaram a imprensa para desgastar a imagem de D. Pedro I. Em uma segunda onda oposicionista ao governo, os jornalistas transformaram-se na principal arma dos liberais.



## Os modelos e anti-modelos de Plancher e Chapuis

Em 2000, José Murilo de Carvalho publicou um artigo no qual fez uma longa discussão sobre a importância da retórica na vida intelectual do Brasil Império. Ao final de seu instigante artigo, deixou um convite e uma sugestão aos pesquisadores para que, aos interessados em história intelectual, utilizassem a retórica como chave de leitura e, além disso, percorressem os textos em busca de estilos, modos de dizer e figuras de linguagem que pudessem estar presente neles (CARVALHO, 2000). Buscamos, dessa maneira, situar este trabalho nessa temática, utilizando a retórica como chave de compreensão para as intenções de dois jornalistas franceses radicados no Brasil do Primeiro Reinado. Mesmo se tratando de uma singela contribuição, buscamos contribuir para a utilização da retórica como chave de leitura dos escritos intelectuais do Brasil durante o período Imperial. Nosso objetivo é compreender os efeitos desejados e o que era deixado subentendido por Plancher e Chapuis quando falavam em reis, no clero e nas repúblicas americanas.

De início devemos apresentar as estratégias retóricas que serão por nós destacadas. Utilizamos como base a obra: Tratado de Argumentação de Chaïm Perelman e Tyteca. Destacamos aqui os *modelos*, utilizados para fazer relações entre o real, o particular e o desejado. O *modelo* se concentra em uma pessoa ou instituição de alto prestígio para conter todas as qualidades e características que um grupo ou uma pessoa devem seguir. De maneira contrária, o *anti-modelo* contém tudo que não pode ser seguido. Para valorizar seus *modelos* e *anti-modelos*, os oradores tendem, normalmente, a omitirem ou inventarem características que possam tornar os primeiros mais perfeitos, e os segundos mais imperfeitos. Além disso, as *analogias* também eram constantes. Por *analogias* entendemos a relação entre duas sentenças para se chegar a um resultado, aparentemente, lógico.

Em 1826, saiu à luz o jornal *O Verdadeiro Liberal*, escrito pelo francês Mr. de Chapuis, antigo bonapartista e recém-chegado ao Brasil. Chapuis nasceu em Paris no ano de 1795. Foi comandante de cavalaria do exército de Napoleão e participou da invasão da Rússia. Com a restauração foi incorporado ao corpo de guardas do rei, mas renunciou e aderiu



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

ao exército de Napoleão nos Cem Dias como subtenente de cavalaria. Após o fim do governo de Napoleão, desertou e participou de revoluções liberais na Espanha e em Portugal e chegou ao Brasil em fins de 1825 (PUIGMAL, 2013, p.113). Em 15 de Novembro de 1825 ele publicou um poema no *Diário do Rio de Janeiro*, onde fazia uma referência ao aniversário de D. Pedro I. O jornal *O Verdadeiro Liberal* teve sua primeira edição no dia 02 de março de 1826, e durou até 06 de abril do mesmo ano, contabilizando dezesseis números. Rapidamente se desiludiu com o governo e passou a fazer veladas críticas ao ministério imperial, defendendo a autonomia provincial e criticando suas atitudes autoritárias. Conseguiu adversários dos mais diversos, e o mais empenhado deles foi um conterrâneo, Pedro Plancher, redator do jornal *O Spectador Brasileiro*.

Segundo Pacheco, Plancher chegou ao Brasil no dia 27 de março de 1824 (PACHECO, 1917, p.40), trazendo consigo uma ampla experiência de escritor e tipógrafo da França, onde publicava inúmeras obras e escrevia panfletos políticos e de exaltação a Napoleão Bonaparte. No período em que permaneceu no Brasil, que vai de 1824 até 1834, fundou três jornais, o *Spectador Brasileiro*, *L'Indépendant – Feuille de Commerce, Politique et Littéraire* e o *Jornal do Commercio*. Após a abdicação de D. Pedro e a Monarquia de Julho na França, Plancher voltou para a França. O jornal *Spectador Brasileiro* começou a ser impresso no dia 01 de julho de 1824, durando até o dia 28 de abril de 1826, contabilizando duzentas e sessenta e seis edições. Plancher tinha opiniões políticas diferentes de seu compatriota. Defendia um governo forte e centralizado na pessoa do Imperador. Pregava o afastamento das repúblicas vizinhas e a aproximação do Brasil com o modo de governo (monárquico) e com a nobreza europeia.

Primeiramente, destacamos as publicações de Chapuis sobre o Rei da Baviera. No período em que ele publicava tais notícias, no ano de 1826, quem governava o reino bávaro era Luís I, e, fatos verídicos ou não, Chapuis buscava montar um *modelo* de rei a ser seguido por D. Pedro I. Segundo Chapuis, ao subir ao trono, o rei buscou fazer uma reflexão:

seus primeiros cuidados depois de sua exaltação tem tido por objecto o allivio dos povos. Elle tem nomeado commissões para fazer reformas, e as tem prezidido com assiduidade. Seu zelo não se limita a palavras, e a promessas, este Principe dá elle mesmo o exemplo da economia (...) Tem diminuído pensões não merecedias, ou concedidas a homens ricos; ao



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

mesmo tempo que tem cuidadosamente conservado, e augmentado as pequenas pensões dos pobres, das viúvas, dos órfãos, e dos jovens estudantes. (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº7)<sup>1</sup>

Também destacou os sentimentos religiosos do príncipe, quando disse que “A bondade natural do Príncipe he fortificada por um verdadeiro sentimento de religião” (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº7). Segundo Chapuis, nem mesmo a fragilidade física do príncipe o impediu de trabalhar em prol dos povos. Segundo ele, o rei havia dito que,

Sacrificar a minha vida ao meu povo; mui ditoso se abreviando os meus dias abreviar os seus soffrimentos. A perda de um Rei repara-se no dia seguinte; mas são necessários longos annos para reparar os males, que uma má administração pôde causar á uma nação. (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº10)

Diante de todas essas atitudes beneméritas, recebeu o título de “rei dos camponeses”, um título que era o que mais ambicionava (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº13). Dessa maneira, definia como modelo o rei que era zeloso com as finanças e bondoso com o povo, e, principalmente, ter em mente que a majestade não é o bem mais precioso de um país, já que a “perda de um Rei repara-se no dia seguinte”, enquanto a nação continua viva.

Se o rei da Baviera era o *modelo* a ser seguido, o seu *anti-modelo* era o reino espanhol. Segundo Chapuis, em um teatro durante a exibição de peça *Numancia* de Cervantes, cada vez que as palavras *Pátria* e *Liberdade* eram ditas,

Erão acompanhadas de Vivas continuados, que sahião de todos os pontos da sala, e que não poderão ser suffocados por todos os esforços das authorities, tendo mesmo lançado mão de medidas violentas para com alguns jovens. (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº2)

Diante disso, Chapuis afirma que “no dia seguinte o Governo prohibio não só a representação d’aquella tragédia, mas até que se vendesse nas lojas de livreiros.” (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº2). Essa disposição despótica do governo espanhol era causada pelo seu Clero. Dizia ironicamente que “He uma classe verdadeiramente útil a dos frades”. Eles realmente “sabem dar conselhos aos Reis!”. A prova seria o discurso que os frades espanhóis haviam dirigido ao rei Fernando VII:

---

<sup>1</sup> As citações preservarão os erros gramaticais dos autores.



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

Senhor. – Vós sois Rei Absoluto, Deos nos defenda de jamais contestar-voos este título; até faremos matar, se necessário for, os que se atreverem a desejar, que o vosso poder fosse limitado; mas queremos que o vosso primeiro Ministro seja a nosso favor, e governe, segundo a nossa vontade; se recusardes, tendes toda a liberdade, não faremos por agora conspiração alguma, pois que respeitamos mui bem a vossa legitimidade, mas vós não tendes hum real nos vossos cofres, quando pelo contrário nos nossos acha-se toda a da Hespanha; se a vossa legitimidade não for docio, deixa-la-hemos morrer de fome. Viva El-Rei Absoluto. (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº3)

Por causa dessas atitudes absolutistas, a Espanha tornava-se um *anti-modelo* de governo para o Brasil, e o clero se tornava o maior *exemplo* de partidário do absolutismo.

Chapuis pregava também a aproximação com as repúblicas americanas. Segundo ele, o país devia estar de olho e, se pudesse, participasse do Congresso do Panamá ocorrido em 1826 e organizado pelo “immortal Bolivar” (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº10), que buscava maior integração entre as repúblicas americanas recém-independentes. Incomodado com a falta de notícias sobre o assunto no Brasil, questionou se,

O que se passa no Congresso do Panamá não nos interessa mais do que a qualquer outro? No emtanto ainda ninguém aqui tratou de tal matéria; parece, que he fructo prohibido, e que Panamá he uma daquellas palavras da antiga linguagem de que se pede explicação. (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº10)

Na mesma edição fez uma singela apologia ao sistema federativo norte americano, dizendo que as nações do Congresso não aceitariam formar uma federação, “por maior perspectiva que lhe apresenta uma federação estreita, intima, como a dos Estados Unidos da America do Norte.” (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº10).

Dizia também que “Todos os annos a Europa Espera com anciedade pelo discurso de abertura do Congresso Americano” (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº10). Reproduziam em seu jornal as palavras do presidente norte-americano, que dizia que

ha dez annos, que todos os Governos da Europa tem aprendido a conhecer successivamente, sejam quaes forem as suas Constituições, que o fim das suas instituições he a *felicidade do Povo* e que o exercicio do poder entre os homens só pode ser justificado pelas vantagens que procura para aquelles, sobre quem se estende. A Liberdade, continua o Presidente, he a força; a Nação que gosa da maior porção de liberdade deve ser a mais poderosa do mundo; o homem revestido do poder não o recebeo para cumprir os designos



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

da providencia se não com a condição de servir-se delle unicamente para melhorar a sua propria condição, e a dos seus semelhantes. (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº10)

Já Plancher tinha como *modelo* Napoleão Bonaparte. Famoso bonapartista em Paris, quando chegou ao Brasil teve suas malas presas na alfândega. Utilizando-se de sua lábria e habilidade de se promover, rapidamente conseguiu a liberação de seus bens e ganhou o título de impressor imperial. Rapidamente percebeu em D. Pedro I a possibilidade de rever as características de Napoleão ser revividas, e, como consequência disso, tratou de fazer propaganda das qualidades de Napoleão. Segundo ele, Napoleão havia sido o “Gênio Salvador da França, na formidável época da Anarquia Jacobina” (SPECTADOR BRASILEIRO, 1824, nº20). Foi ele quem

mostrou o Codigo das leis , e a Religião, a moral, a Justiça banidas entao subirão de novo sobre altares; facções incendiarias cingirão de famintos punhaes os porticos do Cidadão tranquillo, do Amigo das sciencias, e das Artes; elle desembainhou a espada, e os assassinos beijarão o pó trentendo com receita o da vingança. (SPECTADOR BRASILEIRO, 1824, nº20)

De tantas atitudes benfeitoras, o dia de nascimento de Napoleão havia se tornado “hum dia sómente Religiozo, separado para sempre das ceremonias politicas, e da alegria Nacional da França”, e, mesmo com sua morte, havia um clamor pela volta de Napoleão, onde se ouvia sua voz, mas era “huma iluzão”, tratava-se apenas do “coração que julga ouvir aquelle que jaz no eterno silencio dos mortos. he o amor que debalde se exforça em reanimár o heróe separado a imensa familia dos Francezes reconhecedores” (SPECTADOR BRASILEIRO, 1824, nº20).

Plancher também tentava *ilustrar* as qualidades militares de Napoleão em D. Pedro I, e era comum ver em seus jornais noticias de visitas do Imperador em fortes e arsenais de guerra. Em uma delas dizia que

A 9 horas pouco mais ou menos voltou S. M. I. ao Arsenal a fim de presidir Elle mesmo ao embarque. Sua Angustia Presença cansou tanto na tropa como nos numerosos espectadores espalhados dentro do Arsenal e até mesmo na muita gente amontada no morro de S.Bento, o mais vivo entusiasmo que se patenteou com vivas energicos no imperador Constitucional. (SPECTADOR BRASILEIRO, 1824, nº15)



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

Essa atitude de D. Pedro I não era nada além “d'aquella prodigiosa actividade e desembaraço que nós todos Lhe conhecemos” (SPECTADOR BRASILEIRO, 1826, nº15). Inúmeras eram as descrições de visitas de D. Pedro I aos fortes além das muitas proclamações por ele feitas às tropas.

Enquanto Napoleão era o *modelo*, as repúblicas vizinhas eram o *anti-modelo*. Dizia que homens como Rousseau eram “cheyos das idéas de hum republicanismo exagerado, [que colocavam] a Liberdade senão em o mais alto grão de poder, que o homem vivendo em sociedade pode tocar.” (SPECTADOR BRASILEIRO, 1826, nº251), e os criticava afirmando que a liberdade deveria ser limitada, pois “a experiência, se lhes faz observar, que quanto mayor poder se se dá á cada Cidadão, menor se torna a tranqüilidade de todos”, e é provado que “os Governos absolutamente Democratico, são os mais expostos ás revoluções e ás tempestades” (SPECTADOR BRASILEIRO, 1826, nº251) Para o redator, o verdadeiro erro desses sistemas políticos estava no fato de que “os seus Auctores fazem mais caso do poder, do que da segurança do Cidadão, em quanto que se devia attender mais á segurança do que ao poder” (SPECTADOR BRASILEIRO, 1826, nº251). Para Plancher, isso era um erro, pois

A Natureza não nos tem feito homens para nos fazer livres, mas ella nos criou livres para nos pór ao alcance de cumprir com o destino commum á todos os homens. Ora os homens são destinados á viver em sociedade; não podem viver n'ella tranquilamente sem pór em commum toda a porção de Liberdade cujo sacrificio se julga necessário á boa ordem da sociedade de que são membros.(SPECTADOR BRASILEIRO, 1826, nº251)

A tranquilidade nessas sociedades era nula, pois “que tranquilidade e que segurança se pode esperar daquellas sociedades políticas em que cada hum dos Cidadãos toma huma parte activissima no exercício da Soberania”. Sendo assim, nessa perspectiva interpretativa, era “hum absurdo considerar como livres só aquelles homens, que vivem n'hum paiz, em que cada hum he actualmente, e de facto, associado illimitadamente ao exercício do poder Soberano.” (SPECTADOR BRASILEIRO, 1826, nº251). Concluía que

não ha verdadeira Liberdade se não naquelles governos, cuja Constituição tanto se oppoem á tyramnia como á licença. A licença he o ultimo termo do abuso dos poderes individuais; a tyramnia he o ultimo termo do abuso dos poderes publicos. O povo mais livre he em consequencia aquelle, cujas Leys deixão a manor possibilidade possivel á estas duas especies de abusos. Quando se diz que huma boa Legislação deve favorecer a Liberdade,



entenda-se que ella deve prevenir tanto quanto he possível, o abuso de todos os poderes, ou publicos, ou individuais. (SPECTADOR BRASILEIRO, 1826, nº251)

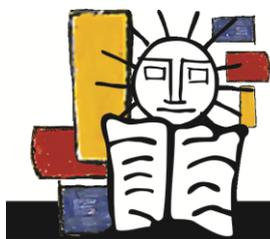
La além, pois, se a república era tão ruim, o Brasil devia se aproximar das constituições europeias. Dizia que o país estava “rodeado de pequeninas republicas desvairadas por systemas de matefysica legislação”, que para não se contaminar com esses “systemas metafisicos”, deveria o Brasil fazer sua “Constituição mais analoga as actuaes das potencias Europeas” (SPECTADOR BRASILEIRO, 1824, nº27).

Dizia que as repúblicas eram “taõ fataes aos homens de bem, aos ricos proprietários, aos benementos da patria” e até mesmo aos “mesmos mais encarniçados Democratas” (SPECTADOR BRASILEIRO, 1824, nº5) e declara, em nome do povo brasileiro, “ódio eterno ao estabelecimento das Democracias, assim como á toda a forma de Governo que se confunda com esses systemas hoje mui desacreditados”(SPECTADOR BRASILEIRO, 1824, nº6). Em sua visão, as democracias e a América eram locais de perigo e insegurança, enquanto a Europa e as monarquias constitucionais seriam locais de segurança e tranquilidade.

## **A imprensa de 1826 e a inserção do federalismo antes dos exaltados**

Diante do exposto, algumas notas devem ser tomadas. A importância do estudo, mais do que demonstrar as estratégias retóricas dos jornalistas supracitados, aponta para duas direções: a existência de uma imprensa oposicionista no ano de 1826 e a inserção do federalismo e do republicanismo antes dos exaltados.

Essas duas direções merecem ser analisadas separadamente. Ao abordar a situação da imprensa política do Primeiro Reinado, Nelson Werneck Sodré acabou por considerar o período que vai de 1824 a 1826 um período de relativa tranquilidade para os áulicos (SODRÉ, 1999, p.97). Talvez, como consequência de sua afirmação, constante em um livro que é obrigatório, para os pesquisadores da imprensa, poucas pesquisas foram realizadas sobre os jornalistas opositores desse período. Claramente percebe-se a carência de uma pesquisa que elucide melhor a imprensa do período, e, este artigo, pretende dar uma singela contribuição,



ao mostrar o confronto de representações simbólicas travado entre Plancher e Chapuis em pleno ano de 1826, antes da reabertura da Câmara.

Além disso, através da análise de Chapuis, também podemos admitir a existência de um jornal federalista antes mesmo dos exaltados. Se claro está que existiram jornais federalistas e até mesmo republicanos durante o processo de independência, como o *Correio do Rio de Janeiro* e as inúmeras *sentinelas* de Cipriano Barata, parece que, com a repressão levada à frente por D. Pedro I entre os anos de 1822 e 1824, desaparecem de cena, no Rio de Janeiro, tais projetos. É com o exemplo de Chapuis que podemos mostrar que o projeto federalista sobreviveu ainda durante o período de maior repressão à imprensa do Primeiro Reinado.

Levantamos também as consequências que os jornais de Chapuis trouxeram para a política brasileira. Quando lemos Chapuis citar, a todo momento, os governos americanos, devemos nos lembrar que a América nos oitocentos, principalmente nos períodos de independência das colônias, ficou associado ao regime republicano e à liberdade política (SEBASTIÁN, 2009, p.58), e os Estados Unidos serviram de exemplo principal (SEBASTIÁN, 2009, p.62). Da mesma maneira, os Estados Unidos também era utilizado como exemplo positivo pelos partidários do federalismo (SEBASTIÁN, 2009, p.444). Aos opositores do governo republicano, a América servia como referência negativa graças às repúblicas hispânicas, vistas como conturbadas e portadoras de sistemas prejudiciais à liberdade, estabilidade e segurança (SEBASTIÁN, 2009, p.64). Dessa maneira, mais que fazer alusão às repúblicas americanas e ao federalismo, Chapuis acabava por diminuir o prestígio e a legitimidade de um governo centralizado no Rio de Janeiro. Se a república federativa norte-americana era de tamanha importância, a própria monarquia se via diminuída.

## Considerações Finais

A retórica serviu de auxílio nessa pesquisa, pois, um leitor despreocupado e sem compreensão do contexto, poderia ter interpretações errôneas sobre os fatos expostos nos jornais. Ao aludir à Espanha e ao Clero como local de absolutismo e violência, Chapuis



buscava não só expor fatos, mas sim criar um *anti-modelo* para o Brasil. Da mesma maneira, ao publicar notícias sobre o governo norte-americano e sobre o Congresso do Panamá, buscava fazer propaganda desses países e eventos para, implicitamente, fazer alusão ao governo federativo e, até mesmo, republicano. Já Plancher caminhava no sentido inverso. Mesmo que carregado de um forte sentimentalismo, buscava trazer, através de Napoleão, o *modelo* de um governo centralizado e forte que pudesse dar segurança aos cidadãos. Juntamente com isso, buscava criar um *anti-modelo*, calcado nas repúblicas americanas como prejudiciais à segurança.

## **Bibliografia**

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**. Rio de Janeiro, nº 1, pp. 123-152, 2000.

CARVALHO, Marcus J. M. de. “Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998,.4.

FERREIRA, Gabriela. “*Conflitos no Rio da Prata*”. In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). **O Brasil Imperial (1808-1831)**. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 1, p.329.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Editora 34, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821-1860). In: Carvalho, José Murilo; Neves, Lucia Maria Bastos P.. (Org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 1, p.185.

**O Verdadeiro Liberal**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1826.



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

PACHECO, Felix. **Hum Francez Brasileiro: Pedro Plancher**. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio”, de Rodrigues & C., 1917, p.40.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005,

PUIGMAL, Patrick. Brasil Bajo Influencia Napoleónica y Francesa. Los Mensajeros de la Independencia: Militares, Libreros y Periodistas. **Revista HistóriaUC**, Chile, v.1, nº 46, 2013, 113-151.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A Liberdade em Construção: Identidade Nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. 1997. 550 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). **Diccionario Político y Social del Mundo Iberoamericano**. Madrid: Ministerio de Cultura, 2009. 1422p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)**. São Paulo: UNESP, 1999.

**Spectador Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, 1824-1826.

*Artigo recebido em 31 de maio de 2015.*

*Aprovado em 13 de julho de 2015.*